

O processo de interiorização da educação superior pública: particularidades da política sul-mato-grossense

The interiorization process of public higher education: particularities of the sul-mato-grossense policy

Valter Acássio de Mello*

Giselle Cristina Martins Real**

* Mestrando em Educação (UFGD). E-mail: valteracassio@hotmail.com.

** Doutora em Educação (USP); Professora da UFGD. E-mail: gcreal@terra.com.br.

Resumo

Busca-se analisar o processo de interiorização das universidades públicas em Mato Grosso do Sul com vistas a explicitar suas especificidades. Os procedimentos de pesquisa consistiram em estudos bibliográficos e análise documental. Observou-se que o processo de implementação das três universidades públicas localizadas no estado está associado a processo de interiorização caracterizado ainda pela interiorização da interiorização. Dos 78 municípios existentes, há em 18 a presença de universidade pública, sendo que em nove desses municípios há a presença concomitante de duas universidades públicas, que revelam um movimento irregular e fragmentado em sua periodicidade histórica e nos aspectos de sua irradiação geográfica, carecendo de uma maior interação entre as políticas públicas nacionais e loco-regionais na oferta de educação superior.

Palavras-chave

Política educacional. Ensino superior. Avaliação de política.

Abstract

The objective is to analyze the interiorization process of the public universities in Mato Grosso do Sul with an aim to make their specificities explicit. The procedures for this research involved bibliographical studies and analysis of documents. It was observed that the implementation process of the three public universities located in the state is associated with the interiorization process, which is still characterized by the interiorization of the interiorization. Among the 78 existing municipalities, there is the presence of a public university in 18. Furthermore, in 9 of those there is the presence of two public universities at the same time, revealing an irregular and fragmented movement in their historical periodicity and as for the aspects of their geographical irradiation, they are in need of a greater interaction between national public policies and local-regional ones in the offer of higher education.

Key words

Educational policy. Higher education. Evaluation of policy.

Introdução

O objetivo deste estudo consiste na análise do processo de interiorização das universidades públicas em Mato Grosso do Sul, com vistas a explicitar suas especificidades e características.

As reflexões apresentadas ao longo deste trabalho relacionam-se com fatores paradoxais implícitos ao processo de interiorização que envolvem, por um lado, a ampliação do acesso à educação superior e, por outro, a não fragilização da qualidade pretendida (CUNHA, 2003).

O conceito de interiorização aqui empregado considera o processo de criação de instituições de ensino superior fora do espaço geográfico das capitais dos estados federativos brasileiros. Portanto, não se consideram aspectos como densidade populacional ou mesmo dados de produção econômica.

A base da pesquisa concentrou-se em estudos e análises de documentos, tendo como fundamento metodológico a avaliação de política educacional, especificamente a avaliação processual, considerando que o processo de interiorização está em curso em Mato Grosso do Sul, embora venha ocorrendo de forma diferente ao longo do período de constituição das universidades públicas aqui instaladas. Segundo Perez (2001), “a avaliação processual representa chances à monitoração dos processos responsáveis pela produção do efeito esperado, tanto quanto da própria dinâmica do curso das decisões e atividades-meio, sendo essa uma perspectiva bastante promissora” (PEREZ, 2001, p. 65).

Para o desenvolvimento empírico da análise pretendida pela pesquisa focou-se o estudo no estado de Mato Grosso do Sul, tendo em vista a proximidade dos pesquisadores com esse contexto, bem como pelas características próprias do estado com o processo de interiorização da educação superior, que adquiriu centralidade no curso de sua expansão.

Em Mato Grosso do Sul, a criação das universidades públicas ocorre por processo de interiorização.

Mesmo a sede da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)¹, localizada em Campo Grande, capital do estado, tem sua origem relacionada à interiorização, na medida em que a cidade só passou a ser a capital do estado com a separação de Mato Grosso, que ocorreu em 11 de outubro de 1977 (GRESSLER; VASCONCELOS, 2005). Anteriormente à criação do estado, a UFMS estava instalada em Campo Grande como um *campus* da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), cuja sede estava localizada em Cuiabá, na época, a capital do estado. Nesse sentido, a UFMS foi criada por um processo de desmembramento da UFMT, em 1979, após a criação do estado de Mato Grosso do Sul.

Posteriormente, foram implantadas a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, em 1994, e a Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, em 2005.

Para analisar esse processo, dividiu-se este trabalho em duas partes e as considerações finais. A primeira parte apresenta

o processo de interiorização implementado no estado de Mato Grosso do Sul, e a segunda parte explicita características e vicissitudes do processo implementado.

As universidades públicas em Mato Grosso do Sul e a interiorização da educação superior: o processo implementado

Mato Grosso do Sul, estado localizado na região Centro-Oeste brasileira, possui três universidades públicas, sendo duas mantidas pelo sistema federal, UFMS e UFGD, e uma pelo sistema estadual, UEMS.

A UFMS iniciou sua constituição a partir da criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia em 1962, em Campo Grande. Na época, a capital do estado de Mato Grosso era a cidade de Cuiabá. Ainda como estado de Mato Grosso, foram criados o Instituto Superior de Pedagogia, em Corumbá, e o Instituto de Ciências Humanas e Letras, em Três Lagoas. Com a Lei Estadual n. 2.947/1969, foi criada a Universidade Estadual de Mato Grosso – UEMT, formada pela integração dos Institutos de Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas, que ainda foi ampliada, em 1970, com a criação dos Centros Pedagógicos de Aquidauana e de Dourados. A criação do estado de Mato Grosso do Sul ocasionou a federalização da UEMT, que passou a ser identificada como UFMS (UFMS, 2008). Pode-se perceber que a sua origem está atrelada a um processo de interiorização do ensino superior, uma vez que as unidades supramencionadas, dentro do processo de expansão do ensino superior da

região, estavam localizadas em cidades do interior do estado de Mato Grosso.

A interiorização do ensino superior em Mato Grosso do Sul, por meio da UFMS, continua com a criação, em 2001, dos *campi* de Coxim e Paranaíba. Também foram criados os *campi* de Naviraí e de Ponta Porã, que não chegaram a ser implantados no período de sua criação, mas que foram posteriormente ativados. Mais recentemente, em 2006, a UFMS implantou os *campi* de Chapadão do Sul e Nova Andradina, e o *campus* de Bonito é implantado com a realização do primeiro vestibular, em 2009.

A UEMS foi criada pela Constituição Estadual de 1979 e ratificada através do artigo 48 da Constituição de 1989 (UEMS, 2008a), sendo instituída como sede e foro dessa universidade o município de Dourados, considerado o maior do interior do estado, em termos de densidade demográfica e arrecadação fiscal (GRESSLER; SWENSSON, 1988). A partir desse contexto, a UEMS tinha como proposta reduzir as disparidades do saber e alavancar o desenvolvimento regional (UEMS, 2008a). A missão da primeira universidade estadual de Mato Grosso do Sul explicita a intenção da política estadual em promover a interiorização da educação superior, conforme se pode observar na missão institucional: “Gerar e disseminar o conhecimento, voltada para a interiorização, e com compromisso em relação aos outros níveis de ensino” (UEMS, 2008b, p.1).

A UEMS está sediada em Dourados e é constituída por 15 unidades universitárias

rias distribuídas em diferentes pontos geográficos do estado, nos seguintes municípios: Campo Grande (capital do estado), Amambaí, Ponta Porã, Nova Andradina, Naviraí, Cassilândia, Mundo Novo, Maracaju, Jardim, Paranaíba, Aquidauana, Glória de Dourados, Ivinhema e Coxim. Inicialmente, em 1994, foi implantada uma unidade em Três Lagoas, que foi desativada após cinco anos de sua implantação.

A UFGD foi instituída, conforme disposto na Lei n. 11.153/2005, por desmembramento da UFMS. Os artigos 1º e 4º citam a instituição, a sede e a integração dos cursos da UFMS à UFGD, conforme segue:

Art. 1º Fica autorizada a instituição da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, por desmembramento da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, prevista na Lei n. 6.674, de 5 de julho de 1979.

Parágrafo único. A UFGD, entidade de natureza pública, vinculada ao Ministério da Educação, terá sede e foro no Município de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 4º Passam a integrar a UFGD, independentemente de qualquer formalidade, os cursos de todos os níveis, integrantes do Campus de Dourados e do Núcleo Experimental de Ciências Agrárias, na data de publicação desta Lei.

A UFGD, também com sede localizada na cidade de Dourados, tem um processo de interiorização diferenciado ao implantado pela UEMS e pela UFMS. Essa instituição concentra sua sede em Dourados e busca irradiar a sua atuação para os outros municípios que compõem a região da Grande Dourados (UFGD, 2004), caracterizando, assim, a sua forma de interioriza-

ção, conforme expresso no projeto de sua criação e implantação:

Assim, neste projeto, consideramos como componentes da **Região da Grande Dourados** os seguintes 37 (trinta e sete) municípios: Dourados, Itaporã, Maracaju, Rio Brillhante, Nova Alvorada do Sul, Douradina, Deodápolis, Glória de Dourados, Fátima do Sul, Vicentina, Caarapó, Juti, Jateí, Antônio João, Ponta Porã, Aral Moreira, Laguna Carapã, Amambaí, Coronel Sapucaia, Paranhos, Sete Quedas, Tacuru, Japorã, Mundo Novo, Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Naviraí, Ivinhema, Novo Horizonte do Sul, Taquarussu, Baitaporã, Anaurilândia, Bela Vista, Bataguassu, Nova Andradina e Angélica, [...] (UFGD, 2004, p.9).

Embora no documento “Projeto de Criação e Implantação” não esteja declarada a interiorização como estratégia para o desenvolvimento regional, implicitamente é mencionada a intenção de suprir as lacunas do ensino superior público nessa região, referindo-se ao não atendimento do modelo *multi-campi* da UFMS, de acordo com o que segue:

A UFMS, com sua característica *multi-campi*, já não consegue atender à Região da Grande Dourados, encontrando-se limitada nos quadros docente e técnico-administrativo, além da restrita infra-estrutura. O déficit de vagas públicas no ensino superior na região é mais uma justificativa para a implantação da UFGD (Ibid idem, p. 17).

A partir do delineamento histórico da educação superior em Mato Grosso do Sul, pode-se observar que o processo de interiorização constitui-se em estratégia comum aos sistemas estadual e federal, o que implica uma análise de suas características e especificidades.

As universidades públicas em Mato Grosso do Sul e a interiorização da educação superior: uma análise de suas características e especificidades

Diante da descrição do processo de interiorização implementado pelas universidades públicas em Mato Grosso do Sul, levantam-se as seguintes questões: Quais as características dessa interiorização? Quais as contribuições que essas características e experiências trouxeram às políticas educacionais do estado? A partir dessas reflexões, este estudo procura aprofundar e sistematizar discussões e debates que podem subsidiar a avaliação desse processo.

As políticas públicas recentes para a área da educação superior, no Brasil, mantêm como estratégia de expansão a interiorização de instituições, inclusive de universidades públicas. Um exemplo desse processo pode ser visualizado na política nacional que, a partir de 2004, implantou o Programa Expandir, com o qual foram criadas universidades novas, localizadas no interior do país, como a Universidade Federal do ABC, com sede em São Bernardo-SP, a Universidade Federal da Grande Dourados, com sede em Dourados-MS, a Universidade Federal do Recôncavo Baiano, com sede em Cruz das Almas-BA e a Universidade Federal do Pampa, em Bagé, criadas na primeira fase do Programa (FARIA, 2006). Também, com a implementação, pelo Ministério da Educação, do REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), estabelecido na forma do

Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007, houve, por parte das universidades, a implementação da expansão por meio da criação de *campi* localizados no interior de seus estados. São exemplos desse processo a Universidade Federal de Santa Catarina, a Universidade Federal de Alagoas, a Universidade Federal de Sergipe, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, entre outras².

É interessante observar que esse foco é mantido mesmo com as críticas que já foram feitas sobre a perda da qualidade por meio da chamada “paroquialização” do ensino superior (CUNHA, 2004). Para o autor:

O paroquialismo precisa ser enfrentado com coragem, tanto no setor público quanto no privado. O ensino superior só pode ser desenvolvido com recursos caros e raros, que não existem em qualquer lugar. A reconcentração das IES, inclusive na dimensão geográfica, é condição necessária para a melhoria da qualidade do ensino superior. Sem ela, todas as demais medidas serão inócuas (CUNHA, 2004, p.813).

Especificamente em Mato Grosso do Sul, a interiorização da educação superior assume questões de centralidade, conforme mencionado, uma vez que todas as universidades públicas aqui localizadas estão intrinsecamente relacionadas com esse processo, particularmente a UEMS, que foi criada com essa missão institucional. Ainda há características que a diferenciam do processo desencadeado em outros estados. Segundo Almeida, Fideles e Pistori (2004):

[...] É importante mencionar que o modelo de interiorização que ocorre na UEMS não

é o mesmo que acontece em alguns estados ou seja, da capital para o interior. Ele ocorre do interior para o interior, sendo que a sede da UEMS localiza-se em Dourados (cidade do interior do estado) e as unidades em municípios do interior, apesar de já possuir unidade na capital do estado [...]. (ALMEIDA; FIDELIS; PISTORI, 2004, p. 10)

Pode-se observar pela transcrição acima que o processo de interiorização implementado pela UEMS inicia-se do interior para o interior, ao mesmo tempo em que cria, posteriormente, cursos na capital do estado. A UFGD, por sua vez é criada a partir de seu desmembramento como *campus* avançado da UFMS, o que se pode caracterizar como interiorização a partir da interiorização já instalada. Esses aspectos trazem peculiaridades ao processo de interiorização do ensino superior em Mato Grosso do Sul, o que demanda análises específicas sobre a política educacional na relação entre o espaço nacional e o loco-regional.

A interiorização, desencadeada por instituições públicas em Mato Grosso do Sul, ocorre em períodos distintos do que ocorre em outros estados. Em Goiás, esse processo ocorreu mais de uma década antes, ou seja, por volta dos anos de 1980. Observa-se que a diferenciação nas características da interiorização está presente em estados localizados no contexto da mesma região geográfica, uma vez que o estado de Goiás compõe a região Centro-Oeste brasileira. Nesse sentido, são as considerações de Dourado (2001):

Na década de 1980, o processo de redefinição política em Goiás acena com políti-

cas educacionais de expansão do ensino superior. Destacam-se, nesse período, os discursos de defesa do desenvolvimento regional e da necessidade de expansão do ensino superior mediante a interiorização do ensino. Avolumam-se, então, os atos de criação de faculdades estaduais, de fundações municipais e de outras instituições de ensino superior no Estado, sobretudo nas cidades consideradas pólos econômicos. (DOURADO, 2001, p. 17).

Observa-se ainda que, em Goiás, o processo de interiorização se caracterizou pela criação de fundações municipais (DOURADO, 2001), enquanto em Mato Grosso do Sul não houve esse processo, quando o estado e a união arcam com os ônus do processo de interiorização. Conforme disposto a seguir:

A década de 1980 é privilegiada neste trabalho na medida em que esse período concentra a maior parte das ações que constituem o cerne da presente análise, cujo objetivo é investigar as modalidades de expansão e de interiorização do ensino superior que, em Goiás, foi viabilizado mediante a criação de fundações municipais em oito municípios goianos (DOURADO, 2001, p. 23).

A interiorização do ensino superior com as características sul-mato-grossenses implementada no modelo de financiamento direto do estado e da União diferenciase não só do de Goiás, mas também do de Santa Catarina, por exemplo. Em Goiás, a ênfase da interiorização ocorreu por meio das parcerias do estado com as fundações municipais. Em Santa Catarina, o processo também ocorreu por meio de fundações, no entanto, fundações comunitárias, o que permitia a divisão do financiamento do

ensino superior com a sociedade. Ainda, segundo Dourado (2001):

Parcela considerável dos municípios do Estado de Santa Catarina adotou, de modo sistemático, a organização do ensino superior sob o regime fundacional, estabelecendo políticas de modo a disciplinar e coordenar o processo de regionalização e consolidação do ensino superior fundacional em Santa Catarina pela criação, em 2 de maio de 1974, da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe). Essa associação é caracterizada como um órgão associativo e representativo do sistema fundacional, com o objetivo de servir às fundações, evitando ser um fim em si mesma, existindo acima de tudo para servir as instituições que a constituem [...] Em face disto, a Acafe vem representando, atualmente, um fortalecimento do sistema fundacional junto aos Governos Federal e Estadual, bem como junto à comunidade catarinense, no sentido de sua viabilização econômico-financeira. Assim é que os mesmos se constituem em co-mantenedores do sistema. (DOURADO, 2001, p. 83).

Em Mato Grosso do Sul, a interiorização das instituições públicas ocorreu em período posterior aos exemplos dos estados citados. O processo de interiorização de Goiás ocorreu por volta dos anos de 1980; em Santa Catarina, o processo deflagrou-se por volta dos anos de 1970, inclusive com a criação da ACAFE, em 1974. Em Mato Grosso do Sul, esse processo se consolida com a implantação da UEMS, em 1994. Embora a UFMS tenha se originado em 1962, com a Faculdade de Odontologia, em Campo Grande, e a criação de seus quatro *campi* tenha ocorrido por volta dos anos de 1969 e 1970, é a partir de 1994

que se intensifica a necessidade da interiorização da educação superior no estado. A própria UFMS vai intensificar o período de interiorização a partir de 2001, quando cria os *campi* de Coxim, Paranaíba, Naviraí, Ponta Porã, Chapadão do Sul, Nova Andradina e Bonito. Cumpre lembrar que, embora tenham sido criados em 2001, os *campi* de Ponta Porã e de Naviraí não chegaram a ser implantados no momento de sua criação.

O processo de interiorização em Mato Grosso do Sul se intensifica a partir de 1990. A UEMS é implantada em 1994, o que coincide com o período de expansão das instituições privadas no contexto brasileiro (CUNHA, 2004). A UEMS é implantada em Dourados e simultaneamente em mais quatorze municípios. Assim, a interiorização das universidades públicas vai ocorrer em Mato Grosso do Sul de forma concomitante com a expansão das instituições privadas, que por sua vez vai desencadear um outro processo de interiorização a partir da política de expansão implementada no sistema federal³, no período de 1995 a 2002, que se deu pelo viés da privatização (CUNHA, 2003; DOURADO; CATANI; OLIVEIRA, 2003).

Nesse sentido, o contexto da interiorização de Mato Grosso do Sul implementado pela política estadual coincide com a política nacional adotada na gestão de Fernando Henrique Cardoso (1994 a 2002). No entanto, as características das instituições criadas nesse contexto de interiorização não assumem as características de diferenciação e diversificação apontadas como o principal mote da expansão pro-

posta no período. Para Dourado, Oliveira e Catani (2003):

A reestruturação da educação superior na “era” Fernando Henrique Cardoso (FHC) pautou-se, de um modo geral, pela diversificação e diferenciação das instituições e da oferta de cursos, considerados de nível superior, pela expansão acelerada de vagas, especialmente nas IES do setor privado, pelo ajustamento das IES públicas a uma perspectiva gerencialista, produtivista e mercantilizadora e pela reconfiguração e implementação de um amplo sistema de avaliação, centrado nos produtos acadêmicos, por meio de testes estandarizados que ampliaram a competição do sistema. (DOURADO; OLIVEIRA; CATANI, 2003, p.20).

Em Mato Grosso do Sul, as instituições públicas foram criadas como institui-

ções universitárias, vinculadas ao poder público, mesmo quando a ênfase, no contexto nacional, recaía sobre as particulares, sobrepondo períodos de implantação entre o sistema federal e o estadual, sem a realização de planejamentos comuns, uma vez que há lacunas sobre a interação entre os sistemas federal e estadual nos documentos produzidos pelas instituições analisadas, especialmente considerando o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de cada instituição, além da sobreposição de *campus* e unidades nas mesmas cidades.

A sobreposição de *campus* e unidades no contexto dos municípios localizados no estado de Mato Grosso do Sul pode ser visualizada na tabela a seguir:

Tabela - Municípios localizados no estado de Mato Grosso do Sul que possuem instituições e/ou *campus*/unidades de instituições de educação superior

N.	Municípios	Universidade Estadual	Universidades Federais	Instituições Privadas		
				Univ	CU	Fac
01	Amambai	1	-	-	-	1
02	Aquidauana	1	1	-	-	1
03	Bonito	-	1	-	-	1
04	Campo Grande (capital)	1	1	2	1	6
05	Cassilândia	1	-	-	-	1
06	Chapadão do Sul	-	1	-	-	1
07	Corumbá	-	1	-	-	1
08	Costa Rica	-	-	-	-	1
09	Coxim	1	1	-	-	1
10	Dourados	1	1	-	1	2
11	Fátima do Sul	-	-	-	-	2
12	Glória de Dourados	1	-	-	-	-
13	Ivinhema	1	-	-	-	-
14	Jardim	1	-	-	-	-
15	Maracaju	1	-	-	-	-
16	Mundo Novo	1	-	-	-	-
17	Naviraí	1	1 (***)	-	-	2
18	Nova Andradina	1	1	-	-	8
19	Paranaíba	1	1	-	-	1
20	Ponta Porã	1	1 (**)	-	-	5
21	Ribas do Rio Pardo	-	-	-	-	1
22	Rio Verde de Mato Grosso	-	-	-	-	1
23	Selvíria	-	-	-	-	1
24	Três Lagoas	1 (*)	1	-	-	1
TOTAL		15	12		43	

Fonte: elaboração própria a partir de dados disponíveis no portal SiedSup (INEP, 2008) e nos *sites* institucionais da UEMS (www.uems.br) e da UFMS (www.ufms.br).

Univ – Universidade; CU – Centro Universitário; Fac – Faculdade

* Unidade que foi criada e, posteriormente, desativada.

** *Campus* criado e posteriormente desativado, e novamente ativado.

*** *Campus* criado, não implantado e posteriormente ativado.

Pelos dados apresentados na tabela, ainda considerando o total de 78 municípios localizados no estado (IBGE, 2008), é possível observar que a abrangência das instituições públicas em Mato Grosso do Sul atinge 18 municípios, perfazendo um total de 24,36% do total dos municípios do estado, sendo que há uma sobreposição de instituições em nove municípios, o que representa um total de 11,54% de municípios com duas instituições públicas implantadas. Esses dados implicam afirmar que 60 municípios, ou seja, 75,64% dos municípios do estado não têm instituições públicas, o que fragiliza o processo de expansão por meio da interiorização pretendido pelas políticas estaduais. Essa situação ainda pode ser mais agravada, considerando que a cobertura das instituições privadas coincide com a oferta das instituições públicas em 14 municípios, o que representa um percentual de 17,95% de ações sobrepostas. São cinco municípios atendidos somente por instituições privadas, o que representa um percentual de cobertura de 6,41% a mais ao efetivado pelas instituições públicas.

Pode-se observar ainda que, no setor privado, as instituições universitárias estão concentradas na capital, onde há a sede da UFMS e unidade da UEMS implantadas. São identificadas, na legislação vigente, como instituições universitárias as universidades e os centros universitários. A diferenciação entre essas formas de organização institucional consiste em que as universidades desenvolvem ensino, pesquisa e extensão e os centros universitários oferecem ensino e extensão. Cumpre destacar que o

único centro universitário localizado em cidade do interior tem sede em Dourados, onde também se localizam as sedes da UEMS e da UFGD. Nos demais municípios do interior o atendimento se dá por meio de faculdades que oferecem ensino sem a obrigatoriedade do desenvolvimento de pesquisa e extensão⁴, o que *a priori* haveria menos qualidade (CUNHA, 1989).

Em geral, o estado de Mato Grosso do Sul conta com 24, ou seja, 30,77%, de seus municípios atendidos. Esses dados contribuem para a compreensão do processo de adesão à educação a distância que vem sendo deflagrado no estado, tanto pelas instituições locais como por instituições de outros estados, especialmente por instituições privadas. Das três instituições públicas presentes no estado, apenas a UFMS oferece, de forma regular, cursos de graduação a distância, conforme descrição presente no PDI das instituições analisadas.

Pelos dados apresentados na tabela é possível inferir que a política de expansão, por meio do processo de interiorização, apresentou-se de forma irregular e fragmentada.

Esse processo intensifica-se quando se consideram outros aspectos como a proximidade geográfica dos municípios atendidos por instituições de educação superior e ainda a densidade demográfica desses municípios. A título de ilustração menciona-se que, no município de Bonito, a UFMS criou os cursos de Administração e Turismo e Meio Ambiente para ingresso de alunos a partir do ano de 2009, conforme disposto no Edital PREG n. 94, de 28 de agosto de 2008, referente ao Processo Se-

letivo de Verão 2009. Lembra-se ainda que, no município de Bonito, há a presença de instituição privada desde o ano de 2002, ofertando os mesmos cursos de Administração e Turismo, conforme dados disponíveis no Portal SiedSup, que disponibiliza o cadastro das instituições de educação superior (INEP, 2008). A sobreposição de *campus*/unidades entre as instituições públicas, neste caso, não pode ser visualizada diretamente. No entanto, cumpre destacar que a UEMS oferta o curso de Turismo na cidade de Jardim, que dista aproximadamente 50 Km do município de Bonito. O município de Jardim conta com uma população de 23.341 habitantes, e o município de Bonito, com uma população de 17.275 habitantes (IBGE, 2008).

A interiorização, em Mato Grosso do Sul, embora tenha se justificado de forma a viabilizar o acesso de todos à educação superior, especialmente em instituições públicas universitárias, não vem conseguindo se constituir em processo sistemático e homogêneo no interior do estado, implicando processos de criação de *campus* e instituições em períodos distintos aos de sua implantação, bem como a constituição de *campus* que são desativados ou não chegam a ser efetivados. Essas características e especificidades do processo de interiorização da educação superior demonstram a necessidade de maior interação entre os dois sistemas públicos envolvidos, bem como a necessidade de uma avaliação política do modelo de interiorização que vem sendo implementado pelas esferas nacional e estadual.

Considerações finais

Uma das grandes questões, ainda não respondida satisfatoriamente no Brasil, referente à política de educação superior, é apresentada por Dourado, Oliveira e Catani (2003, p. 22) da seguinte forma: “[...] Como se efetiva o processo de expansão da educação superior no país?”.

Esses autores, respaldados nas estatísticas oficiais, apontam que a expansão ocorreu por meio das instituições privadas. No entanto, esse processo é mais complexo do que a princípio se apresenta, uma vez que, em Mato Grosso do Sul, bem como em outros estados, também houve uma expansão de instituições públicas. Mesmo que numa intensidade proporcionalmente menor do que a expansão das instituições privadas, essa expansão ocorreu de forma significativa, por meio da interiorização da educação superior. Ainda vale lembrar que o processo de interiorização da educação superior vem se tornando mais complexo, particularmente em Mato Grosso do Sul, na medida em que houve a aprovação do REUNI, por meio do Decreto n. 6.096, 24 de abril de 2007, o que implicou a expansão das instituições federais, conforme mencionado anteriormente. Destaca-se que, particularmente em Mato Grosso do Sul, a criação do *campus* de Bonito é fruto do Projeto REUNI da UFMS (Assessoria de Comunicação Social, 2008).

Os dados coletados na pesquisa permitem inferir que, em Mato Grosso do Sul, além da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), implantada em 1994 em Dourados, município localizado a 210

Km da capital do estado, as outras duas universidades públicas existentes no estado estão associadas a processo de interiorização.

Destaca-se que a UEMS tem sua sede em Dourados, no interior do estado, tendo criado quatorze *campi* em outros municípios do estado, sendo que ao longo de seu desenvolvimento desativou a unidade de Três Lagoas e, posteriormente, criou a unidade de Campo Grande, caracterizando um processo inverso do que se poderia esperar de uma universidade que tem como missão a interiorização do ensino superior (UEMS, 2008b).

Outra característica observada no processo de interiorização em Mato Grosso do Sul consistiu na criação e desativação de *campi* e unidades, sendo que, em alguns casos, embora tenham sido criados, não chegaram a ser implantados no momento dos atos de sua criação.

Existem, em Mato Grosso do Sul, 78 municípios (IBGE, 2007), sendo que a universidade pública está presente em 24,26% desse total, ainda em 37,5 % desses municípios há a presença concomitante de duas universidades públicas, enquanto 75,64% dos municípios não têm esse atendimento, o que torna complexa a compreensão das políticas públicas que buscam acesso ao ensino superior por meio da interiorização.

Embora criadas em períodos distintos, verifica-se que o eixo comum às três instituições em questão está vinculado à busca de expansão do ensino superior, de forma a garantir a ampliação do acesso à população e ao desenvolvimento loco-regional, sem, contudo, apresentar estratégias de interação entre os sistemas públicos envolvidos, particularmente, o federal e o estadual.

Pode-se considerar que o processo de interiorização do ensino superior em Mato Grosso do Sul caracteriza-se por interiorização, a partir da interiorização instalada, revelando ainda um movimento irregular e fragmentado em sua periodicidade histórica e nos aspectos de sua irradiação geográfica, carecendo de maior interação entre as políticas públicas nacionais e loco-regionais na oferta de educação superior.

Notas

¹ A UFMS foi a primeira universidade pública criada e implantada em Mato Grosso do Sul.

² Nesse sentido, ver: Szeremeta (2009); Tancredi (2008); Assessoria de Comunicação Social (2008); Dorea (2009).

³ O sistema federal inclui as instituições de ensino mantidas pela União e as instituições de educação superior privadas, conforme disposto no art. 16 da Lei n. 9.394/1996.

⁴ Nesse sentido, ver: Decreto Federal n. 5.773, de 9 de maio de 2009.

Referências

ALMEIDA, Carina Elisabeth Maciel de; FIDELES, Sirlene Moreira; PISTORI, Milena Inês Sivieri. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: modelo diferenciado de interiorização. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DO CENTRO-OESTE, 7., 2004, Goiânia. *Anais...* Goiânia, GO: EPECO, 2004. p. 1-12.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Reitor Però em Brasília: presidente Lula destina R\$ 34 milhões para novas vagas e novos cursos na UFMS. Campo Grande: UFMS, 2008. Disponível em: <http://www.ufms.br/index.php?id=3¬icias_id=3578>. Acesso em: 23 jul. 2009.

BRASIL. *Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007*. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília: Casa Civil, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acesso em: 5 jan. 2008.

_____. *Decreto Federal n. 5.773, de 09 de maio de 2006*. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais do sistema federal de ensino. In: INEP. *SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação*. 4. ed. Brasília: INEP, 2007. p. 173-199.

BRASIL. *Lei n. 11.153, de 29 de julho de 2005*. Dispõe sobre a instituição da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, por desmembramento da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, e dá outras providências. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.ufgd.edu.br/aufgd/leicria.php>>. Acesso em: 4 fev. 2008.

_____. *Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004*. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES – e dá outras Providências. In: INEP. *SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação*. 4. ed. Brasília: INEP, 2007. p. 139-146.

_____. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em: 14 jan. 2009.

_____. *Lei n. 9.131, de 24 de novembro de 1995*. Altera dispositivos da Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Brasília, 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9131.htm>. Acesso em: 14 nov. 2008.

CUNHA, Luiz Antônio. Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior. *Educação e Sociedade*, v. 25, n. 88, p. 795-817, out. 2004.

_____. O ensino superior no octênio FHC. *Educação e Sociedade*, n. 82, p. 795-817, abr. 2003.

_____. A universidade brasileira nos anos oitenta: sintomas de regressão institucional. *Em Aberto*, Brasília, ano 8, n. 43, p. 2-9, jul./set. 1989.

DOREA, Ana Deyse Rezende. Reuni: um relato alagoano. *JB on line*. Brasília, 16 jul. 2009. Disponível em: <<http://jbonline.terra.com.br/pextra/2009/07/16/e160711325.asp>>. Acesso em: 23 jul. 2009.

DOURADO, Luiz Fernandes. *A interiorização do ensino superior e a privatização do público*. Goiânia: Ed. da UFG, 2001.

DOURADO, Luiz Fernandes; CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira. Transformações recentes e debates atuais no campo da educação superior no Brasil. In: _____. (Orgs.). *Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais*. São Paulo: Xamã; Goiânia: Alternativa, 2003. p. 17-30.

FARIA, Susan. Aumentam para 48 os projetos de expansão universitária. *Reforma da educação superior*. Brasília: MEC, 2006. Disponível em: <http://mecsrv04.mec.gov.br/reforma/Noticias_Detalhe.asp?Codigo=8217>. Acesso em: 23 jul. 2009.

GRESSLER, Lori Alice; VASCONCELOS, Luiza Mello. *Mato Grosso do Sul: aspectos históricos e geográficos*. Dourados: L. Gressler, 2005.

GRESSLER, Lori Alice; SWENSSON, Lauro Joppert. *Aspectos históricos do povoamento e da colonização do estado de Mato Grosso do Sul: destaque especial ao município de Dourados*. Dourados: L. A. Gressler, 1988.

IBGE. *Estados@: Brasil estado por estado*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ms>>. Acesso em: 15 jan. 2009.

INEP. *Portal SiedSup – IES: Cadastro das Instituições de Educação Superior*. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/lista_ies.asp>. Acesso em: 14 fev. 2009.

PEREZ, José Roberto Rus. Avaliação do processo de implementação: algumas questões metodológicas. In: RICO, Elizabeth Melo (org.). *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. 3. ed. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais, 2001. p. 65-73.

SZEREMETA, Julio Felipe. Reuni permite a expansão da UFSC com campi em Joinville, Curitiba e Araranguá. *Sala de Imprensa*, Brasília, 7 maio 2009, p. 1. Disponível em: <http://www.andifex.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1565&Itemid=37>. Acesso em: 23 jul. 2009.

TANCREDI, Letícia. UFS cresce 342%. *Notícias*. Brasília: REUNI, 2008. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=173&Itemid=3>. Acesso em: 23 jul. 2009.

UEMS. *História*. Dourados: UEMS. Disponível em: <<http://www.uems.br/portal/historia.php>>. Acesso em: 12 fev. 2008a.

_____. *Missão*. Dourados: UEMS. Disponível em: <<http://www.uems.br/portal/missao.php>>. Acesso em: 12 fev. 2008b.

_____. *Plano de Desenvolvimento Institucional*. Dourados: UEMS. Disponível em: <<http://www.uems.br/internet/soc/PDI%20alt%20pela%20Res%20COUNI232.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2008c.

UFGD. *Projeto de criação e implantação*. Dourados: UFGD, 2004. Disponível em: <<http://www.ufgd.edu.br/aufgd/profinal4.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2008.

_____. *Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI – 2008 -2012*. Dourados: Editora UFGD, 2008.

UFMS. *Histórico*. Campo Grande: UFMS. Disponível em: <<http://www.ufms.br/index.php?id=12&modo=his>>. Acesso em: 30 jan. 2008.

_____. *Plano de Desenvolvimento Institucional*. Campo Grande: UFMS. Disponível em: <<http://www.pdi.ufms.br/home/index.php>>. Acesso em: 13. nov. 2008.

Recebido em maio de 2009.

Aprovado para publicação em junho de 2009.

